



MINUTA DE CONTRATO N. 0000 – SEMINFRA

“CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE URUPÁ, COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E AGRICULTURA – SEMINFRA E A EMPRESA”.

O MUNICÍPIO DE URUPÁ/RO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF n. 63.787.097/0001-44, com endereço sede na Av. Jorge Teixeira, n. 4.872, Bairro Alto Alegre, Urupá/RO, representado por seu Prefeito, o Sr. EZEQUIEL SALDANHA, doravante denominado **CONTRATANTE** com interveniência da **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E AGRICULTURA - SEMINFRA**, representado por seu Secretário o Sr. LEONEL TEIXEIRA, e de outro lado a empresa, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob n., com sede na, no município de....., neste ato representada pelo Sr....., doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, submetendo as partes às disposições da Lei n. 14.133/2021, pelo qual é regido o contrato, suas cláusulas e condições, corroborado com as demais normas que regem a matéria em questão, atentando-se aos princípios básico que regem a Administração Pública, entendido o da legalidade, impessoalidade, publicidade, moralidade e eficiência, instituindo-se pelas cláusulas a seguir transcrita

I. DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: Tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de horas máquinas, veículos e equipamentos:

QTD	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
4.000	Caçamba basculante. Capacidade de 14 m ³ (metros cúbicos) ou superior. Incluso as despesas com operadores, encargos sociais, manutenção preventiva e corretiva, mecânica e reparos em geral, transporte para os locais designados pela administração tudo com ônus para a	00,00	00,00



	contratada. O equipamento deverá ter tempo máximo de uso de 10 (dez) anos (mínimo 04 quatro caminhões).		
5.000	Caminhão tanque. Capacidade de 18.000 litros. Incluso as despesas com operadores, encargos sociais, manutenção preventiva e corretiva, mecânica e reparos em geral, transporte para os locais designados pela administração tudo com ônus para a contratada. O equipamento deverá ter tempo máximo de uso de 10 (dez) anos (mínimo 03 caminhões).	00,00	00,00
1.000	Cavalo mecânico com semirreboque. Capacidade de 30.000 kg, equipado com rampa hidráulica, motorista capacitado, atendendo determinação dos órgãos de fiscalização de trânsito, para ser usados dentro dos limites do estado de Rondônia. Incluso as despesas com operadores, encargos sociais, manutenção preventiva e corretiva, mecânica e reparos em geral, transporte para os locais designados pela administração tudo com ônus para a contratada. Os equipamentos deverão ter tempo máximo de uso de 10 (dez) anos (mínimo 01 caminhão).	00,00	00,00
5.000	Motoniveladora e peso operacional. Mínimo de 11.360 kg, potência mínima 120 hp equipado com escarificador, largura mínima 3,12m e comprimento mínimo 8,20m. Incluso as despesas com operadores, encargos sociais, manutenção preventiva e corretiva, mecânica e reparos em geral, transporte para os locais designados pela administração tudo com ônus para a contratada. O equipamento deverá ter tempo máximo de uso de 10 (dez) anos (mínimo 03 motoniveladoras).	00,00	00,00
4.000	Retroescavadeira com pá carregadeira. Sobre pneus com tração 4x4, motor a diesel de 4 cilindros com no mínimo	00,00	00,00



	74hp, direção hidrostática, chassi monobloco, transmissão de 4 velocidades a frente e quatro a ré sincronizadas, compartimento do operador equipado com toldo rops/fops, peso de operação no mínimo 6.380 kg, sistema elétrico 12 volts, iluminação com 02 faróis dianteiros e traseiros, tanque de combustível no mínimo 80 litros, arco de giro de 180 graus, rotação caçamba 148 graus, caçamba volume mínimo de 0,76 m ³ (metros cúbicos), retro escavação 12 a 36 polegadas, bloqueio diferencial traseiro. Incluso as despesas com operadores, encargos sociais, manutenção preventiva e corretiva, mecânica e reparos em geral, transporte para os locais designados pela administração tudo com ônus para a contratada. O equipamento deverá ter tempo máximo de uso de 10 (dez) anos (mínimo 02 equipamentos)		
2.000	Rolo compactador pé de carneiro. Vibratório auto propelido de 11,6 toneladas - 82 kw, incluso as despesas com operadores, encargos sociais, manutenção preventiva e corretiva, mecânica e reparos em geral, transporte para os locais designados pela administração tudo com ônus para a contratada. O equipamento deverá ter tempo máximo de uso de 10 (dez) anos (mínimo 01 equipamento).	00,00	00,00
2.000	Locação de escavadeira hidráulica sobre esteiras, com potência mínima 160 kw, em bom estado de conservação. Ficará sob responsabilidade da contratada reposição de peças, materiais ou acessórios necessários para manutenção (preventiva e corretiva), lubrificantes, graxas, filtros, operador e abastecimento, conservação, segurança e deslocamento/transporte até o local indicado. A quantidade de equipamentos a serem disponibilizados para cada órgão participante, fica de acordo com as	00,00	00,00



	necessidades deste, sendo informado com antecedência na ordem de serviços. O equipamento deverá ter tempo máximo de uso de 10 (dez) anos (mínimo 02 equipamentos).		
--	--	--	--

PARÁGRAFO ÚNICO: A empresa licitante vencedora responsável pelo fornecimento do objeto do edital levado a efeito, obrigando-se a dispor de todos os equipamentos necessários para a execução dos serviços constante da cláusula supracitada, que seguem coligidos nos autos do processo.

II. DO VALOR

CLÁUSULA SEGUNDA: O valor para contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de hora máquina será de **R\$**(), de acordo com a nota de empenho n.....

CLÁUSULA TERCEIRA: Os valores originais do contrato poderão, desde que requerido pelo contratado e com periodicidade superior a 01 (um) ano contados a partir da assinatura do contrato, sofrer reajuste que objetiva a composição da desvalorização do poder de compra promovida pelos efeitos inflacionários, utilizando o índice IPCA, desde que outro não seja mais benéfico a administração pública, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, conforme previsto do art. 25, §7º da Lei n. 14.133/2021, artigos 2º e 3º da Lei n. 10.192/2001.

III. DOS RECURSOS

CLÁUSULA QUARTA: As despesas necessárias para execução da obra são provenientes da seguinte programação orçamentária da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Desenvolvimento e Agricultura, Projeto Atividade– Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – Outros serviços de terceiros – Pessoa jurídica – Desdobramento n. 1200 – Locação de máquinas e equipamentos e Reduzido n. ..., nos termos da nota de empenho n....., e originário do Processo Eletrônico n.....

IV. DA PARTICIPAÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA: Caberá ao detentor da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ao carona, independentemente dos quantitativos registrados em ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas e mediante aceitação do fornecedor detentor do preço registrado.



V. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: A vigência da futura Ata de Registro de Preço terá validade de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período desde que comprovado o preço vantajoso conforme Art. 84 da Lei n. 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA: O prazo de execução do serviço é de acordo com a quantidade demandada contados da emissão da Guia de Solicitação que será expedida pela SEMINFRA.

PARÁGRAFO ÚNICO: Caso não seja possível a execução do serviço na data solicitada, a empresa deverá comunicar oficialmente as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito de força maior.

VI. DO PAGAMENTO

CLÁUSULA OITAVA: O pagamento do preço ajustado será efetuado após empenho e assinatura do Contrato, condicionado com a realização do serviço, após verificações “*In loco*” devidamente certificado pela Comissão de Recebimento.

- a) A contratada apresentará nas medições, nota fiscal para liquidação e pagamento das despesas pelo contratante, Município de Urupá, mediante ordem bancária creditada em conta corrente, contando da apresentação dos documentos (Nota Fiscal) a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Desenvolvimento e Agricultura e SEPPU/Engenharia.
- b) O contratante reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação dos serviços não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita.
- c) O contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada, nos termos deste contrato.
- d) Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou previdenciária, sem que isso gere direito à alteração de preços ou compensação financeira.
- e) Para efeito de cada pagamento, a Nota Fiscal deverá estar acompanhada das guias de comprovação de recolhimento dos encargos previdenciários (CND, CRF, Certidão Municipal) em original ou em fotocópias autenticada.



- f) A atualização financeira é admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela Administração, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para o atraso. É devida desde a data limite fixada no contrato para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento quer seja parcela quer seja pagamento único.
- g) Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento poderão ser calculados com utilização da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = (TX/100)$$

$$365$$

TX = Percentual da taxa anual do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

- h) O pagamento será realizado pelo contratante nos 30 (trinta) dias subsequentes ao adimplemento, ou seja, do recebimento e aceite provisório ou definitivo da Comissão de Recebimento de Obras em cada parcela ou medição.
- i) O prazo para pagamento não poderá ser superior a 30 (trinta) dias conforme prevê a alínea “h” desta cláusula, em caso de pagamento em atraso ou inadimplemento por parte do contratante, deverá ser feita a atualização financeira que prevê a alínea “g”, corrigido monetariamente até a data do efetivo pagamento.

VII. DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO

CLÁUSULA NONA: O preço registrado poderá ser cancelado nos seguintes casos:

1. Pelo órgão gerenciador da ata do registro de preço quando:



- a) A detentora descumprir as condições da ata de registro de preços e do contrato de compromisso de fornecimento;
- b) A detentora não retirar a autorização de fornecimento/nota de empenho no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) A detentora der causa a rescisão administrativa do contrato;
- d) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato;
- e) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- f) Por razões de interesse público devidamente fundamentado;

2. Pela detentora quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços e do contrato de compromisso de fornecimento.

2.1 Nas hipóteses previstas no subitem 2, a comunicação do cancelamento de preço registrado será pela mesma forma em que se deu o texto original, juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro de preços.

2.2 A solicitação da detentora para cancelamento do registro de preço deverá ser protocolada no órgão gerenciador da ata de registro de preço, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, na ata e no contrato, se não acatadas pelo contratante as razões do pedido, sendo assegurado à detentora o contraditório e a ampla defesa.

2.3 Cancelada a ata em relação a uma detentora, o órgão gerenciador da ata do registro de preço, poderá contratar com aquela com classificação imediatamente subsequente, se registrado mais de um preço.

2.4 Ocorrendo cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por meio eletrônico.

2.5 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita na imprensa oficial jornal de grande circulação local, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

VIII. DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL



CLÁUSULA DÉCIMA: O prazo de vigência contratual será contado a partir da assinatura do contrato, com vigor de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias**, podendo ser prorrogado mediante a necessidade.

IX. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A Contratada deverá executar os serviços após o recebimento da autorização de prestação dos serviços, conforme todas as exigências contidas no Termo de Referência (ver anexo I do edital). A fiscalização será exercida pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Desenvolvimento e Agricultura pelo titular da pasta e Diretor.

PARÁGRAFO PRIMEIRO A fiscalização será exercida pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento e Agricultura, através da Comissão de Fiscalização de Obras e Serviços de Horas Máquinas, composta pelos seguintes membros: **Presidente: LEONEL TEIXEIRA**, CPF n. ***0293252**. Matrícula: 58371; **Secretário: MATEUS DOS SANTOS NASCIMENTO**, CPF n. ***634.002** Matrícula: 58362 e **Membro: ANTÔNIO PEREIRA NETO**, CPF n. ***284.892** Matrícula: 58431, conforme dispõe o Decreto n. 346, de 28 de agosto e 2025, podendo ser designado outros servidores ao longo da execução contratual a critério da Administração.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Todos os serviços serão fiscalizados na sua execução, para que não haja dúvidas sobre a quantidade a ser executada.

- a) Durante a vigência deste contrato, a execução será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Desenvolvimento e Agricultura, pelo titular da Pasta ou pelo Diretor, podendo ser designado outro servidor para tal, representando o contratante.
- b) O representante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega e execução dos serviços objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- c) As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante poderão ser solicitadas a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Desenvolvimento e Agricultura, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes
- d) Além do acompanhamento e da fiscalização da execução, a Secretaria Municipal Infraestrutura e Desenvolvimento poderá sustar qualquer defeito que esteja sendo realizado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.



- e) Não obstante, a contratada seja a única e exclusiva responsável pela entrega e execução dos serviços, a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Desenvolvimento e Agricultura, reserva-se o direito de em quaisquer circunstâncias restringir a plenitude dessas responsabilidades, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o objeto deste contrato, diretamente ou por prepostos designados.

X. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Cumprir com o objeto da ata de registro de preços e do presente contrato de compromisso de fornecimento de serviços de locação de máquinas conforme Anexo I, dentro do prazo, condições e nos locais determinados pelo órgão contratante, de acordo com o preço registrado, além das seguintes obrigações:

- a) Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa
- b) Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto licitado e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive as despesas com pessoal, e apresentar os respectivos comprovantes quando solicitado pelo órgão contratante.
- c) Responder perante o órgão contratante e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erros relativos à execução do objeto.
- d) Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para o órgão contratante.
- e) Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento da prestação dos serviços.



- f) É permitido aos servidores do órgão contratante e dos órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, ter acesso aos processos, documentos e informações referentes a esse contrato e a todo o procedimento que o originou
- g) Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto licitado, a associação da detentora com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação sem autorização expressa do órgão gerenciador da ata de registro de preço.
- h) Manter-se, durante toda a vigência deste contrato de compromisso de fornecimento, em compatibilidade todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, além de seus anexos e demais exigências constantes no termo de referência.
- i) A contratação será condicionada ao cronograma de execução de cada serviço, podendo haver a necessidade e disponibilidade do maquinário no horário integral e considerada a disponibilidade de no mínimo 10 (dez) horas diárias, onde somente poderá ser contabilizado para fins de recebimento apenas as horas efetivamente trabalhadas.
- j) Em caso de quebra de maquinário, a empresa deverá substituí-lo sem prejuízo da execução/produtividade da tarefa dentro do prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas;
- k) A cargo da Comissão nomeada poderá pedir substituição de qualquer maquinário ou equipamento que apresente baixa produtividade, no mesmo prazo citado no item anterior.;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O CONTRATANTE obriga-se a:

- a) Fiscalizar a execução dos serviços e/ou obra;
- b) Determinar a interrupção dos serviços e/ou obra quando não executados na forma avençada;
- c) Determinar o cumprimento das normas legais e contratuais, quando as circunstâncias o exigirem;
- d) Efetuar os pagamentos na forma avençada.

XI. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Deverá a CONTRATADA observar também o seguinte:

- a) É expressamente vedado a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE durante a execução dos serviços objeto deste contrato;



- b) É expressamente vedado a veiculação de publicidade a cerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do Contratante;
- c) É vedada a subcontratação de outra empresa para execução dos serviços objeto deste contrato.

XII. DAS OBRIGAÇÕES E DOS DIREITOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: são obrigações do CONTRATANTE:

- a) Fornecer e colocar à disposição da detentora todos os elementos e informações que se fizerem necessários à prestação de serviços.
- b) Notificar, formal e tempestivamente, a detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento da prestação de serviços;
- c) Notificar a detentora, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.
- d) Acompanhar a execução do objeto contratado, efetuada pela detentora, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão dos serviços.
- e) Efetuar o pagamento nas medições que poderá ser mensal, pela execução dos serviços desde que cumpridas todas as exigências deste contrato;
- f) Comunicar oficialmente a CONTRATADA qualquer falha ocorrida, consideradas de natureza grave.
- g) Exigir que a CONTRATADA cumpra as disposições contratuais;
- h) Dar condições de desenvolvimento dos serviços a CONTRATADA no que tange a execução dos serviços do objeto deste contrato.

XIII. DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: A CONTRATADA caberá ainda:

- a) Assumir as responsabilidades por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstas na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria, terminantemente os empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;



- b) Assumir também as responsabilidades por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de trabalho, quando a prestação de serviços ou conexão com eles, ainda que acontecidos em dependência do CONTRATANTE;
- c) Assumir as despesas de todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal relacionadas à prestação de serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- d) Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais deste contrato.
- e) A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à administração do CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente quaisquer vínculos de solidariedade ativa ou passiva com o CONTRATANTE.

XIV. DA RETENÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: A Instrução Normativa n. 2.110 de 17 de outubro de 2022, no art. 138, inciso I, prevê, se a Administração Pública for a Contratante, proprietária do imóvel ou dono da obra, mediante empreitada total, será solidariamente responsável pelo cumprimento da obrigação previdenciária da construção civil, juntamente com a Contratada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Contratada de serviços prestados mediante cessão de mão de obra ou empreitada, ficará condicionada a receber pelos pagamentos parciais ou integrais, precedido de retenção de 11% (onze por cento) de acordo com as regras de apuração da base de cálculo previstos no art. 116 e art. 117 em relação a utilização de materiais ou equipamentos próprios ou de terceiros, devidamente discriminados na nota fiscal, observados os percentuais do valor bruto da nota fiscal.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para os casos de contratação de serviços mediante empreitada de obra ou serviço da construção civil ou reforma, a alíquota será de 11% (onze por cento), base de cálculo será de 50% (cinquenta por cento) do valor bruto da nota fiscal, desde que os valores de materiais ou equipamentos estejam previstos em contrato e discriminados na nota fiscal, fulcro do art. 117.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na falta de discriminação de valores na nota fiscal ou fatura, a base de cálculo da retenção será o seu valor bruto, ainda que exista previsão contratual para o fornecimento de material ou a utilização de equipamento, com ou sem discriminação de valores em contrato.



PARÁGRAFO QUARTO: Se não existir previsão contratual de fornecimento de material ou de utilização de equipamento, e o uso desse equipamento não for inerente ao serviço, mesmo se houver a discriminação de valores na nota fiscal ou fatura, a base de cálculo da retenção de que trata o art. 110, será o valor bruto da nota fiscal.

PARÁGRAFO QUINTO: Para o efetivo pagamento, a empresa contratada deverá apresentar planilha, constando os valores de serviços separadamente dos valores dos materiais, para fins de retenção da previdência social, sem a qual, o pagamento não poderá ser efetuado.

PARÁGRAFO SEXTO: Não se admitirá interpretação adversa, somente a Contratada será a responsável pelos encargos trabalhistas e previdenciários, resultantes da execução do contrato. A inadimplência da Contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso de obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, fulcro do art. 121 e seguintes da Lei n. 14.133/2021.

XV. DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS DA RETENÇÃO PREVIDENCIÁRIA

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: A previsão do art. 143 da Instrução Normativa n. 2.110/22, dispõe alternativamente que a Contratada por empreitada total para receber o pagamento deverá no momento da quitação da nota fiscal, apresentar os seguintes documentos:

- I – Cópia da GFIP com as informações referentes à obra e da folha de pagamento específica para a obra, relativas à mão de obra própria utilizada pela contratada;
 - II – Cópia da GFIP identificada com a matrícula da obra, com informação da ausência de fato gerador de obrigações previdenciárias, nos casos em que a construtora não utilizar mão de obra própria e a obra for completamente realizada mediante contratos de subempreitada;
 - III – Cópia das notas fiscais ou faturas emitidas por subempreiteiras, com vinculação inequívoca à obra, dos correspondentes documentos de arrecadação da retenção e da GFIP das subempreiteiras com comprovante de entrega e informações específicas do tomador da obra.
- a) O Contratante deverá exigir da contratada comprovação de escrituração contábil regular para o período de prestação de serviços na obra, se os recolhimentos apresentados forem inferiores aos



calculados de acordo com as normas de aferição indireta da remuneração previstas nos arts. 246, 247 e 250;

b) A comprovação de escrituração contábil regular a que se refere o § 1º será efetuada mediante declaração firmada pelo representante legal da empresa, sob as penas de lei, de que os valores apresentados estão contabilizados.

c) Aplica-se o disposto neste artigo, no que couber, à empresa construtora contratada por empreitada total que efetuar o repasse integral do contrato conforme definição estabelecida no inciso I do § 1º do art. 7º da Instrução Normativa RFB n. 2.021, de 2021, e à empresa construtora que assumir a execução do contrato transferido

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: A Contratada deverá disponibilizar o acesso ao relatório no Portal do eSocial com as informações relativas a segurados vinculados à obra.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: Cabe ao Contratante por empreitada total de empresa construtora sujeita à entrega dos eventos do eSocial exigir declaração da contratada de que prestou à RFB, pelos meios adequados, informações de todos os segurados e das respectivas remunerações vinculados à obra.

XVI. ELISÃO DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA, INERENTE A RETENÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: Por força do disposto no caput do Art. 145 em estreita correspondência com o art. 140 da Instrução Normativa RFB n. 2.110 de 17 de outubro de 2022, o CONTRATANTE na contratação de obra de construção civil por empreitada total, não respondem solidariamente pelas contribuições sociais previdenciárias decorrentes da execução do contrato. Prevê a **Súmula n. 66** do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, os Órgãos da Administração Pública não respondem solidariamente por créditos previdenciários das empresas contratadas para prestação de serviços de construção civil, reforma e acréscimo, desde que a empresa construtora tenha assumido a responsabilidade direta e total pela obra ou repasse o contrato integralmente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O Contratante será elidido da responsabilidade solidária se exigir que a Contratada cumpra o disposto do art. 25 da Instrução Normativa RFB n. 2.110 de 17 de outubro de 2022. Deixa de configurar a responsabilidade solidária, somente se for exigido da Contratada, antes da realização do pagamento, disponibilize e faça juntar nos autos as seguintes documentações:



- a) documentos das informações relativas às contribuições sociais previdenciárias incidentes sobre a remuneração contida na folha de pagamento dos segurados utilizados na prestação de serviços, corroborado por escrituração contábil;
- b) documento das informações relativas às contribuições sociais previdenciárias incidentes sobre a remuneração da mão de obra contida na nota fiscal, correspondente ao serviço executado;
- d) alternativamente a prova do recolhimento de 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal com identificação pela matrícula da obra.
- e) Certidão Negativa de Regularidade Fiscal de Débito Federais – CND;
- f) GFIP em relação a obra contratada;
- g) eSocial em relação aos empregados da obra contratada;
- h) Escrituração fiscal digital de retenções e outras informações Fiscais (EFD-Reinf), concernente a Obra contratada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caberá ao Contratante exigir as obrigações acessórias, inclusive ter acesso a relatórios no Portal do eSocial com as informações relativas aos segurados vinculados na obra, bem como exigir declaração da Contratada de que prestou a Receita Federal do Brasil, pelos meios adequados, informações de todos os segurados e das respectivas remunerações vinculadas a obra, fundamento legal do art. 143 e 144 da Instrução Normativa n. 2110 de 17 de outubro de 2022.

XVII. DOS DIREITOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: São direitos do CONTRATANTE:

- a) Recusar os serviços em qualquer fase de execução, quando não obedecidos às cláusulas, condições ou critérios técnicos;
- b) Requisitar informações de cunho técnico, operacionais ou trabalhístico a CONTRATADA;
- c) Impor as penalidades previstas, inclusive à rescisão;
- d) Reter o pagamento da parcela ou parcialmente, correspondente a serviço que por motivo injustificável e de total responsabilidade da CONTRATADA, ocasione o mau funcionamento, a paralisação do desempenho dos serviços, ou ainda quando não executado em conformidade com



o ajustado condicionando o restabelecimento da situação de normalidade, para posterior pagamento;

- e) Rejeitar no todo ou em parte obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato, conforme dispositivo previsto no art. 140 da Lei n. 14.133/2021.

XVIII. DAS PENALIDADES

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: No caso de atraso injustificado, execução parcial ou inexecução do compromisso assumido com o Município de Urupá, a Contratada ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às cominações previstas no edital, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, garantida prévia e ampla defesa por parte do contratado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme artigo 156 e seguintes da Lei n. 14.133/2021, que dentre outras, poderá ser:

I - De caráter compensatório, quando será aplicado os seguintes percentuais:

- a) 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do objeto pela contratada ou nos casos de rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida;
- b) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela sua inexecução total.

II - De caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, quando será aplicado os seguintes percentuais:

- a) 0.33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso não for superior à 1 (um) mês;
- b) 0.66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, na entrega de material ou execução de serviços, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante.



XIX. DA RESCISÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: A inexecução total ou parcial pela CONTRATADA de qualquer cláusula ou condições deste contrato implicará na sua rescisão, conforme dispostos nos artigos 137 e seguintes da lei n. 14.133/2021, em procedimentos próprios nos autos que estiver inserido este instrumento de contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.

PARÁGRAFO ÚNICO: A rescisão contratual poderá ocorrer, com fulcro no art. 138 e seguintes da lei n. 14.133/2021 da seguinte forma:

- a) Rescisão administrativa unilateral ou consensual será procedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;
- b) Consensual, por acordo entre as partes, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração, reduzida a termo no processo Administrativo, desde que haja conveniência para a Administração do CONTRATANTE
- b) Determinada por decisão Judicial e Arbitral, nos termos da legislação vigente sobre a matéria, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial;

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: Em caso de rescisão, a CONTRATANTE porá termo à execução do contrato e assumirá o seu objeto, independentemente de ordem ou decisão judicial, cujo ato será consubstanciado em termo pela Secretaria interveniente, no qual se descreverá o estado em que se encontra a obra e indicação dos motivos e disposições normativas ou contratuais que embasar a rescisão.

XX. DA FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA: Ocorrendo fato novo, decorrente de força maior decorrente de evento humano ou caso fortuito decorrente de evento da natureza, nos casos previstos em legislação, que obste o cumprimento das obrigações convencionadas, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades, desde que devidamente certificada esta situação, pela fiscalização da CONTRATANTE.



XXI. DA REJEIÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA: O CONTRATANTE, através da Secretaria interveniente, assiste ao direito de recusar qualquer serviço em qualquer fase de execução ou depois de concluído, caso não estejam em conformidade com o ajustado, mediante ato de devolução emitida pela fiscalização com a entrega e recebimento à CONTRATADA, onde se consignarão os motivos do ato.

XXII. DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA: Os casos ou situações não explicadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei n. 14.133/2022 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

XXIII. DO FORO COMPETENTE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA: As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na justiça comum, no Foro da Cidade de Alvorada do Oeste/RO com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes.

Urupá/RO, 29 de dezembro de 2025.

EZEQUIEL SALDANHA

Prefeito do Município de Urupá-RO

CONTRATANTE

MCB LOCAÇÃO E TRANSPORTE LTDA

EDMILTON DOS SANTOS AGUIAR

CONTRATADA

LEONEL TEIXEIRA

Secretário Municipal de Infraestrutura,
Desenvolvimento e Agricultura - SEMINFRA

INTERVENIENTE

Dr. CLAUDINEY QUIRINO DE SOUZA

Procurador do Município de Urupá-RO

OAB/RO 2488